

3

CONVENÇÃO E CIRCUNSTÂNCIA

As épocas realmente vivas nunca foram tradicionalistas por deliberação.
[*Raízes do Brasil*]

Em certos momentos, o pensamento político se expressa melhor na novela do que no discurso político,
mais na poesia do que no panfleto de circunstância.
[“Existe um pensamento político brasileiro?”]

A enorme quantidade de estudos, diversos em sua natureza, acerca dos fatos desenrolados na capitania de Minas Gerais (estendendo-se à vice-corte do Rio de Janeiro) por volta de 1788-9, indica ao menos dois aspectos: um particular interesse e um intrincado problema. Quanto ao particular interesse, causas bastante diferentes podem ser arroladas, mas limito-me aqui ao fato do projetado levante ter sido, entre outras marcas, um “artifício de poetas”, distinguindo uma convivência entre a convencional literatura arcádica e as tensões sociais da época (também *convencionais*). Já quanto à complexidade que o evento apresenta, ela é própria do período de dissolução do antigo sistema colonial, de um grande emaranhado de interesses locais e proveitos externos incidindo sobre a região aurífera, além da significação ideológica crucial que a maquinação insurgente e sua repressão teriam em vários momentos da história brasileira.²⁵

O artifício da literatura neoclássica produzida em Minas Gerais antes da descoberta da Conjuração pelos agentes do poder metropolitano era, quase exclusivamente, regalia de uma ilustrada elite plutocrática. Os três poetas envolvidos nas “práticas sediciosas” em que se projetava o levante – Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga Peixoto – gravitavam em torno dos homens mais ricos da capitania – negociantes poderosos, grandes proprietários de

²⁵ “A crise do sistema colonial coincide com o processo de ruptura do absolutismo. Em torno de 1776, a independência das colônias britânicas coincide com o fim do consulado pombalino” (FAORO, 1994, p. 54).

terras auríferas e contratadores do Fisco Real.²⁶ Cláudio Manuel tinha lavras e foi advogado de grandes contratadores, Gonzaga exerceu o importante cargo de ouvidor de Vila Rica e Alvarenga Peixoto (que também exercera a magistratura) era proprietário de vastas terras e numerosos escravos, além de ter sido presenteado com a patente de coronel da Campanha do Rio Verde. “Em sua qualidade de advogados, juízes, fazendeiros, comerciantes, emprestadores de dinheiro [...], eles tipificavam os interesses diversificados, mas imensamente americanos, da plutocracia mineira” (MAXWELL, 1978, p. 119).

Essa plutocracia representava uma elite ilustrada, letrada e versada na jurisprudência e em questões de estado, que tanto empreendia – na forma de negócios particulares (assim era a banca de advogado de Cláudio Manuel e a exploração aurífera nas terras de Alvarenga Peixoto) e também de negócios públicos (assim Gonzaga na Ouvidoria Geral de Vila Rica) – como também se esforçava em produzir uma reflexão que demonstrasse e fundamentasse seus empreendimentos (assim o caso, mais uma vez, de Gonzaga e seu *Tratado de Direito Natural* e sua “Carta sobre a usura”). Além disso, essa elite gozava do bom e prestigioso comércio com as Musas – tudo isso (reflexão e poesia, conformando um pensamento político) com forte tributo a tradicionalismos. Nos negócios, porém, sabiam *ir atrás do maravilhoso*.²⁷

²⁶ A Coroa portuguesa concedia, através de contratos arrematados em concorrência pública [?], a cobrança de determinados impostos coloniais a particulares: eram os famigerados contratadores – uma “espécie de funcionários do Estado patrimonialista” (FAORO, 1994, p. 37). “Tudo está perdido quando a profissão lucrativa dos contratadores consegue, por suas riquezas, ser uma profissão honrada” (MONTESQUIEU, 1973, p. 206). A sétima das *Cartas chilenas* refere-se às negociatas que envolveram a arrematação dos contratos durante o governo de Luís da Cunha Meneses na capitania de Minas Gerais (1783-8): “Os nossos Generais [...] logo embolsam / Uma grande porção de louras barras” (GONZAGA, 1995, p. 157).

²⁷ Paráfrase da resposta a inquérito de um dos conjurados, o cônego Luís Vieira da Silva, o qual dizia que, “como ele não vai atrás do maravilhoso, não podia pensar que pudesse mover os ânimos dos povos a uma Sublevação” (*AUTOS*, IV, p. 295). Pretendo aludir aos negócios (mirabolantes) de Alvarenga Peixoto (que pretendia mudar o curso a um rio para exploração aurífera, estando acumulado de dívidas mas ainda gozando de complacente crédito) e de Gonzaga (como apresentarei adiante). No auto de seqüestro dos ricos bens de Alvarenga havia uma lavra sugestivamente chamada “Ouro Fala” (*AUTOS*, I, p. 419 e seguintes).

Por essas relações pode-se imaginar a intimidade que havia (com sutis extensões até os dias de hoje)²⁸ entre letras e cabedal, a profunda vinculação entre versos neoclássicos, a plutocracia estabelecida em Minas Gerais (como também no Rio de Janeiro) e os agentes enviados para o cuidado dos interesses, tantas vezes criminosos, da Coroa Portuguesa. “Todos [os poetas] estavam voltados para a difícil obtenção e rara manutenção do Real Agrado, ou sucedâneos, como nos tempos presentes, ó Musa Imóvel do Interesse” (CASCUDO, 1958, p. 27). Antes de estarem integrados a essa complexa circunstância regional, porém, o período de formação dos três poetas os levou a todos à Metrópole em busca de estudos acadêmicos (já que esta mesma Metrópole havia deliberado negar acesso aos estudos superiores na própria Colônia, reforçando a vinculação intelectual com o centro de comando).

Durante esse período, ao longo dos meados da segunda metade do Setecentos, a figura do poderoso ministro de D. José I (que com este reinaria de 1750 a 1777), Sebastião José de Carvalho e Melo, que se tornaria conde de Oeiras (em 1759) e por fim marquês de Pombal (em 1769), era notável. Principal agente executivo do projeto reformador do monarca português (e formulador de muitas de suas intervenções), aparelhado com grande autoridade, não faltaram ocasiões para Sebastião José pôr em relevo sua dura e violenta diligência. O grande terremoto que destruiu Lisboa no dia de Todos os Santos de 1755 foi a primeira destas ocasiões monumentais. Em visão alegórica da índia Lindóia, personagem de *O Uruguai* – poema de louvor à política do ministro e a ele dedicado por Basílio da Gama, que foi seu secretário –, pintava-se a catástrofe ocorrida e a ação remediadora de Carvalho e Melo:

..... e viu Lisboa
 Entre despedaçados edifícios,
 Tropeçando em ruínas encostar-se.
 Desamparada dos habitantes
 A Rainha do Tejo, e solitária,
 Nos meio de sepulcros procurava
 Com seus olhos socorro; e com seus olhos

²⁸ “Só mesmo as classes dirigentes podem se dar ao luxo de remunerar uma atividade tão improdutiva e tão perigosa [a do escritor, desde o Antigo Regime] e, se o fazem, é ao mesmo tempo por uma questão de tática e por um mal-entendido” (SARTRE, 2004, p. 66). Escritor e classes dirigentes aqui referidos por Sartre localizam-se no cenário francês, imensamente diverso do imaginado ambiente mineiro do final do século XVIII. Mas muitas das práticas e táticas de uns e outros, cá e lá, não deixam de sugerir esclarecedoras semelhanças.

Só descobria de um e de outro lado
 Pendentes muros e inclinadas torres.
 Vê mais o Luso Atlante, que forceja
 Por sustentar o peso desmedido
 Nos roxos ombros. Mas do céu sereno
 Em branca nuvem Próvida Donzela
 Rapidamente desce e lhe apresenta,
 De sua mão, Espírito Constante,
 Gênio de Alcides, que de negros monstros
 Despeja o mundo e enxuga o pranto à pátria.
 Tem por despojos cabeludas peles
 De ensangüentados e famintos lobos
 E fingidas raposas. Manda, e logo
 O incêndio lhe obedece; e de repente
 Por onde quer que ele encaminha os passos
 Dão lugar as ruínas. Viu Lindóia
 Do meio delas, só a um aceno,
 Sair da terra feitos e acabados
 Vistosos edifícios. Já mais bela
 Nasce Lisboa de entre as cinzas – glória
 Do grande conde, que coa mão robusta
 Lhe firmou na alta testa os vacilantes
 Mal seguros castelos [...]

(GAMA, 1972, pp. 67-9)

Narrando os mesmos sucessos, diria um historiador eloqüente que, “quando a cidade ardia e desabava ainda, [...] Pombal, como o imperador de uma tribo antiga, destroçada na guerra pelo inimigo – assim era Lisboa, acampada em barracas nos subúrbios – , preveniu as conseqüências da desgraça funesta” (MARTINS, s/d, p. 130). No recorte do poeta, o ministro rivaliza com a figura de Hércules (Alcides é cognome seu) que vislumbra os monstros a quem perseguiria em seguida (os *famintos lobos* e as *fingidas raposas* são referência aos inacianos). A catástrofe encontraria em Sebastião José o braço previdente que tudo remediava, o que acabaria por fundamentar seu poder cataclísmico – ao qual grande cópia de versos foi dedicada:

[...]
 E só quero louvar aquele braço,
 Que o nosso Portugal em paz tem posto.

Esse, que nos livrou deste fracasso
 Com sábia providência, e zelo pio,
 Que eu nunca de cantar me satisfaço.

Debaixo deste plátano sombrio
 Seu nome entoarei por esta praia,
 Até onde se estende o largo rio.

[...]

(Cláudio Manuel da COSTA, 1996, p. 149)

Anos mais tarde, depois de prolongada campanha de detração, os sacerdotes jesuítas, a quem até então se delegava o monopólio do ensino nas colônias, seriam expulsos dos domínios lusitanos²⁹. “Aproveitando uns tiros dados no rei, Pombal fez assinar pelo régio manequim [d. José I] uma lei declarando-os rebeldes, traidores, e havendo-os por desnaturalizados e proscritos” (ABREU, 2000, p. 192). O ministro, de quem se disse ser filho da hecatombe que destruíra Lisboa, provocaria o terremoto que abalou os alicerces da influente Companhia de Jesus. Oswald de Andrade, em uma de suas blagues, conjugando os dois eventos resumiria: “POMBAL: Terremoto de Lisboa na Companhia de Jesus” (ANDRADE, 1990, p. 61). Terremoto, também este, que teria repercussões em toda a Europa, dando ânimo e movimentação ao debate filosófico que incentivava crítica aguda ao domínio clerical: “Os portugueses foram os primeiros a começar um movimento que provocaria a expulsão dos jesuítas de toda a Europa católica e que levou à supressão da ordem pelo próprio papa” (MAXWELL, 1996, p. 94). Da campanha pombalina contra os inacianos, alguns poetas lhe fizeram a ilustrada propaganda em verso.³⁰

²⁹ “O duelo começara logo em 1757; e, a partir de então, o ministro encontra, ou convém-lhe encontrar, a roupeta jesuíta em todos os episódios da resistência à sua tirania” (MARTINS, s/d, pp. 134-5). Mas, mesmo antes da administração pombalina, havia já sinais de hostilidade em relação aos inacianos. “Em todo caso pouca, muito pouca inteligência revelam os ataques dirigidos contra ela [Companhia de Jesus]. Instintivamente a simpatia volta-se para os discípulos e companheiros de Nóbrega, Anchieta, [...] os educadores da mocidade, os fundadores da lingüística americana” (ABREU, 2000, p. 193).

³⁰ *O Uruguai*, de Basílio da Gama, é a mais alentada destas propagandas. Kenneth Maxwell afirma que a ação de Pombal serviu “como catalisador para a expulsão dos jesuítas da Espanha e, mais tarde, da França” – ação que movimentava idéias da Ilustração em Portugal, país ridicularizado pelos *philosophes* franceses. Ficava claro que “por si só a opinião européia não teria sido suficiente para

Os ilustrados poetas, depois tornados notáveis para além da capitania de Minas Gerais pelo crime que ali teriam planejado, não deixaram de dedicar ao “Grande Carvalho” – a “árvore possante que era o primeiro ministro de D. José” (LAPA, 1960, XXXIX) – suas parcelas de bajulação metrificada. Aliás, o nome de tão louvaminhado ministro parecia ajustar-se bem aos moldes poéticos de então, pois já os poetas bucólicos latinos prezavam tal gênero de árvore – “E os duros carvalhos destilarão mel como se fosse orvalho”, cantara Virgílio (a quem Cláudio Manuel glosaria em favor de Sebastião José). “Rodeiam-no os poetas subalternos, bajulam-no os poetas safardanas. Ouve-se o coro reles entoando louvores” (BRANDÃO, 1974, p. 15). Safardanas alguns, subalternos quase todos, inda que entre eles houvesse bons poetas, e até mesmo os melhores do Reino. Estariam, por essa época, integrados ao sistema colonial – fazendo-lhe naturalmente o elogio. Sua formação era a dos prepostos da administração colonial lusitana. Não imaginariam jamais a possibilidade de maquinar algum dia qualquer gesto de insubordinação ou, pior, de lesa-majestade: “Já viste levantado / Quem à sombra da paz alegre ria?” (GONZAGA, 1996, p. 678).

“É conveniente festejar os que estão por cima” (LAPA, 1960, XVI), e mais ainda se o cimo está por perto: “Gozar da sombra do copado tronco / É só livre ao que perto tem o abrigo / Dos seus ramos frondosos” (GONZAGA, 1995, p. 46). A ocasião, portanto, é que fazia o poeta. “Todos os vates árcades e dissidentes cantaram as virtudes positivas ou metafóricas de Reis e fidalgos generosos na convenção do desejo genuflexo” (CASCUDO, 1958, p. 24). Alvarenga Peixoto, por exemplo, fervoroso adepto do “Grande Marquês” que lhe concedera benesses (como os demais letrados de sua época), assim encaminhava sua musa para a prática social do panegírico daquele estadista que *assombrava* portugueses e mazombos³¹ – tanto pela dedicação aferrada ao trabalho como pela truculência com que o realizava:

destruir uma ordem religiosa tão poderosa como a dos jesuítas” (MAXWELL, 1996, p. 94), ou seja: “Idéias não podem *executar absolutamente nada*” (MARX, 2003, p. 137). Não obstante, por ocasião da Inconfidência Mineira (reduzida, no campo da ação, à repressão estatal), sentenciou-se tão somente idéias: “Os fatos são a matéria morta da Inconfidência, as idéias – as do Iluminismo franco-americano – sua substância viva” (ROUANET, 1992, p. 329).

³¹ Designava-se por mazombo aos filhos de estrangeiros, portugueses especialmente, que tinham nascimento no Brasil. Durante todo o século XVII, colocavam-se humildes e envergonhados frente ao reinol: “O português vindo da terra, o reinol, julgava-se muito superior ao português nascido nestas paragens alongadas e bárbaras; o português nascido no Brasil, o mazombo, sentia e reconhecia sua inferioridade” (ABREU, 2000, p. 97). Na segunda metade do século XVIII, parece ter ganho sentido

[...]
 Unicamente à sombra de Carvalho
 Descansam hoje as quinas portuguesas.

Que importam os exércitos armados,
 No campo com respeito conservados
 Se lá do gabinete a guerra fazes
 E a teu arbítrio dá o tom às pazes?
 Que, sendo por mão destra manejada,
 A política vence mais que a espada.

Que importam tribunais e magistrados,
 asilos da inocência,
 Se pudessem temer-se declarados
 patronos da insolência?
 De que servirão tantas
 Tão saudáveis leis, sábias e santas,
 se, em vez de executadas,
 Forem por mão sacrílegas frustradas?

Mas vives tu, que para o bem do mundo
 sobre tudo vícias,
 Cansando o teu espírito profundo,
 as noites e os dias.
 Ah! quantas vezes, sem descanso uma hora,
 Vês recostar-se o sol, erguer-se a aurora,
 Enquanto volves com cansado estudo
 As leis e a guerra, e o negócio, e tudo?

Vale mais do que um reino um tal vassalo:
 Graças ao grande rei que soube achá-lo.

(Alvarenga PEIXOTO, 1960, p. 19)

Consciência bem própria do século XVIII, racional e geometricamente hierarquizada (ainda o “bom senso” dos cartesianos), é a reafirmada crença de que a “política vence mais que a espada”. O espírito de moderação era virtude maior entre legisladores e governantes (cf. MONTESQUIEU, 1973, p. 469). O próprio Sebastião José expressaria crença semelhante, ao propor: “Nada se altera com força e violência [...] quando a razão permite e é necessário banir abusos e destruir costumes perniciosos [...] agir com grande prudência e moderação, um método que realiza mais

nativista/nacionalista: “havia de ser [Alvarenga Peixoto e Francisco de Paula, dizia Tiradentes] os heróis da ação, pois defendiam a sua Pátria: que os Mazombos também valiam e sabiam governar” (*Autos*, v. I, p. 95).

que o poder” (Apud MAXWELL, 1996, p. 95).³² Essa política referida, exercida entre os centros de formação e comando metropolitanos e o grande quintal colonial brasileiro, era logicamente uma atividade para aqueles que conheciam a requintada “arte da política”. Esses, os que tinham “mão destra”, acumulavam também os mais grossos cabedais – o que lhes permitia o cumprimento de “sua missão paternalista de vigilantes ilustrados de um povo bárbaro, carente de luzes, necessitado de liderança e de disciplina” (DIAS, 2005, p. 136).

Ao lado da concepção estudada e raciocinada dessa arte (*raisonné*, como consta no título da *Enciclopédia*), que exigia formação humanística (letras, leis e política)³³ e/ou mais um tanto de saberes práticos (progresso material),³⁴ acrescenta-se o imperativo de saber como *manejá-la* debaixo da aprovação e do amparo dos poderosos. Parafraseando um dos legisladores da ilustração lusitana, engenho e juízo eram fundamentais: “engenho, para saber inventar e unir idéias semelhantes e agradáveis; juízo, para as saber aplicar onde deve” (VERNEY Apud MONGELLI, 1992, p. 86). A ilustrada bajulação, com requintes de convencionalismo e de subserviência, era quase sempre caminho seguro para a conquista de amparo e aprovação ansiados (um político contemporâneo, congratulando-se pelo fracasso da Inconfidência de Minas, discorria sobre as “delícias da subserviência”). Pareciam desconhecer o conselho postulado na *Enciclopédia*: “a bajulação, o interesse particular e o espírito de servidão são a origem de todos os males que sobrecarregam um Estado e de todas as covardias que o desonram” (DIDEROT, 2006, p. 42). E não se bajulava apenas em

³² Moderação era valor primordial na aristocracia, como indicava um dos verbetes da *Enciclopédia*: “O espírito de moderação é o que se denomina virtude na aristocracia” (DIDEROT, 2006, p. 34). Mas Sebastião José conhecia também a força e a sedução do dinheiro (seu espírito): “Vale mais e custa menos fazer a guerra com dinheiro do que com exércitos” (Apud MARTINS, s/d, p. 135). Renato Janine Ribeiro destaca o fato de que “a importância da economia vinha a exigir, do príncipe, uma gestão eficaz dos negócios, a descartar os ideais medievais da cavalaria e mesmo do *buon governo*” (RIBEIRO, 1993, p. 8).

³³ Interessante perceber a vinculação (óbvia à época) entre letras e competência política. O Seminário de Olinda, ideado por Azeredo Coutinho em 1794, procurava instruir os moços “em todos os principais ramos de literatura, próprios [...] de um cidadão que se propõe a servir o Estado” (Apud RIZZINI, 1957, p. 58).

³⁴ “Fenômeno sugestivo e ao qual não se tem dado a ênfase merecida é a acentuada tendência para os estudos científicos, manifestada por grande número desses estudantes, que também procuraram ocupar-se dos problemas de sua terra e nela introduzir reformas” (DIAS, 2005, p. 39). Um exemplo dela no contexto da Conjuração Mineira é a figura de José Álvares Maciel. Segundo Robert Southey, Maciel cuidaria da manufatura de pólvora, “por haver estudado filosofia, tendo viajado com fim de instruir-se nestes objetos” (*Autos*, vol. 9, p. 452). E dará “bons conselhos” aos conjurados mineiros a respeito da “Escravidão do País”.

versos, mas também na produção “científica” da época. Gonzaga assim se dirigia ao ministro reformador de d. José I (GONZAGA, 1957, p. 14):

Quem haverá que, depois de ver que V. Ex.^a se agrada do mal sazonado fruto da minha aplicação, se não lance, invejoso da minha fortuna, a compor outros de muito maior merecimento? [...] Eu me alegrarei de ser a causa de uma tão louvável emulação, e sempre pedirei a Deus que conserve a V. Ex.^a dilatados anos, não só porque assim o pede a minha obrigação, mas porque assim também o deseja o afecto com que a razão e o discurso me incita a venerar as pessoas da utilidade de V. Ex.^a

Beija as mãos de V. Ex.^a

O seu mais humilde criado

Tomás Antônio Gonzaga

A ocasião não se apresentava limpidamente, linear em seu desenvolvimento histórico (como, de resto, não se apresentará qualquer momento da história de empresas coloniais). A profunda crise do antigo sistema colonial provocava grande instabilidade entre os que estavam por cima (enquanto a miséria dos que não eram proprietários, mas destes *propriedades*, prosseguia alicerce fixado)³⁵. A massa populacional sobre a qual calcavam os pés não era algo de que a “arte da política” do soberano e de seus ministros coloniais pudessem traçar com precisão o comportamento. Na *Histoire des deux Indes*, do abade Raynal, manifesto filosófico encontrado em mais de uma biblioteca da América Portuguesa, havia referência àquela arte (de governar), aos que governam e a seus governados: “A arte de manter a autoridade é uma arte delicada que requer mais circunspecção do que se pensa. Aqueles que governam estão, talvez, demasiado acostumados a desprezar os homens” (RAYNAL, 1993, p. 62). Ou, como insinuavam as primeiras páginas da *Enciclopédia*,

³⁵ Sheila Faria elucida (secundando Celso Furtado) que alguma sorte possibilitava o enriquecimento de simples *faiscadores* (homens livres e pobres que se dedicavam ao garimpo, havendo também escravos que guardavam eventuais excedentes da quantia obrigada a seus senhores), que pouco tinham de investir para a extração aurífera, em relação aos investimentos necessários à atividade açucareira. Maiores possibilidades para alforria, em relação às demais capitânicas, existiram também em Minas Gerais (VAINFAS, 2000, p. 398). Tomás Antônio Gonzaga, nas *Cartas chilenas*, faz referência a certa mobilidade social, a qual censura: “É também [...] contra a polícia / Franquearem-se as portas, a que subam / Aos distintos empregos as pessoas, / Que vêm de humildes troncos” (GONZAGA, 1995, p. 191).

“o Político [...], pelo fato de ser homem de Estado, não deve cessar de ser homem” (ALEMBERT, 1989, p. 41).

A classe policiada de régios magistrados (sempre “retos” nos retratos que de si fizeram), letrada e bem-falante, não testemunhava igual facécia na população humilde: “Toda a população parecia de língua atada” (ABREU, 2000, p. 236). E esse silêncio não era prenúncio para segura tranqüilidade de maiorais: “Será que é o povo, que se queixa, que achamos perigoso? Não: é aquele que não se ouve” (HELVÉTIUS, 1979, p. 163). Silêncio que não resulta de geração espontânea, mas é sim produto da prática de intermediários do poder do soberano (ainda que este mesmo poder régio, agressivo e explorador no ambiente das conquistas coloniais, contribua em mesmo sentido): “Aqui o povo geme, e os seus gemidos / Não podem [...] chegar ao Trono” (GONZAGA, 1995, p. 118). Era *contra* o Trono que obravam os que silenciavam os humildes súditos.³⁶

“A sorte deste mundo é mal segura”, lembrava (num eco de Camões) o magistrado Tomás Antônio Gonzaga pela pena lírica de seu pastor Dirceu. Da expulsão dos padres jesuítas dos domínios portugueses em 1759 até a morte de D. José I e a conseqüente queda de Pombal em 1777, “o braço da inconstante sorte” causara peripécias freqüentes àqueles que atuavam nos mais altos cimos da elite política, financeira e cultural: “A provisoriade de reformas, que abrangem apenas a elite [...], explode na Viradeira, com a perseguição ao Ministro [Pombal] e o retorno das práticas beatas do Reino tradicional” (FAORO, 1994, p. 43). A prosperidade de alguns à custa da exploração do trabalho de muitos outros só poderia resultar em insegurança paranóica.

No reinado de D. Maria I, “a maior *beata* que a educação jesuíta criara no decurso de quase três séculos” (MARTINS, s/d, p. 155), os sentidos da literatura ilustrada contemporânea vacilariam junto às modificações radicais da política interna e externa de Portugal. Dos frutos que haviam vingado da “árvore possante” – que

³⁶ O abade Raynal indagava: “dizei-me [tiranos das nações e das colônias] o que será deles [povos coloniais] se surgir do Novo Mundo um homem eloqüente que prometa a salvação eterna àqueles que pereceram com as armas na mão” (RAYNAL, 1993, p. 84)? Paulo Freire dá seu esclarecimento sobre o silêncio das classes dominadas: “É exatamente por isso que, numa sociedade de classes, seja fundamental à classe dominante estimular o que vimos chamando de cultura do silêncio, em que as classes dominadas se acham semimudas ou mudas, proibidas de expressar-se autenticamente, proibidas de ser” (FREIRE, 1981, p. 49).

para os inimigos foram como os frutos terríveis de “uma árvore que tivesse sido forca” (BRANDÃO, 1974, p. 17) –, ou sob sua sombra, muitos restaram pecos. O novo reinado, porém, tentou dar alguma continuidade ao processo de organização e fomento de seus domínios, sobre o alicerce anterior restaurado. O “braço da inconstante sorte”, que vencera e derrubara o “braço de ferro” do reinado precedente (a partir de então referido desdenhosamente na corte como o “Sebastião José”), prosseguiria seus sismos periódicos. O exemplo de Gonzaga, pintado por Rodrigues Lapa, é ilustrativo:

Gonzaga tinha ambições: queria fazer concurso para professor de direito. Começou então a preparar uma tese sobre direito natural. Seu pai [...] estava em comissão de serviço em Lisboa [...]. Era homem de confiança de Pombal [...]. Tomás Antônio [Gonzaga] concluiu seu laborioso tratado e o dedicou ao grande marquês. [...]. O jovem opositor fazia nele a política do poderoso ministro, punha o poder real acima do eclesiástico, defendia o cesarismo, a tirania ilustrada. Dá-se porém a ‘viradeira’, em 1777. Gonzaga celebrou então em verso o advento de D. Maria I, renunciou a seus projetos de lente coimbrão, e fez o que todos faziam em seu lugar: habilitou-se para a carreira da magistratura (LAPA, 1996, p. 537).³⁷

Os “destinos impiedosos” perseveravam em seu círculo vicioso: “Se vem depois dos males a ventura, / Vem depois dos prazeres a desgraça”.³⁸ E o autor destes versos, que em 1792 seria sentenciado ao banimento, enviado ao degredo, “mandado morrer nas inóspitas areias africanas” (VERÍSSIMO, 1981, p. 114) pela meia clemência (meia demência) de D. Maria (que comutara a pena de morte), foi o mesmo que celebrou com sua lira a aclamação desta soberana ao trono. A “Congratulação com o Povo Português”, escrita no ano mesmo da ascensão da filha de D. José I ao trono (mais de dez anos antes de iniciado o processo contra os conjurados mineiros), soa como agouro sinistro da sorte “mal segura” do poeta e de seus companheiros de inquisição:

³⁷ Tarquínio de Oliveira discorda radicalmente deste retrato de Gonzaga: “Ter-se-ia candidatado (1773) ao magistério universitário, que tal significa o título de *opositor* à cadeira de Direito Natural [...]. Exigia o novo Regimento da Universidade que os opositores escrevessem trabalhos científicos (...); talvez se deva a isto sua obra em vernáculo *Tratado de Direito Natural*, que obviamente não foi tese de concurso, impondo-se nesta a língua latina. Pela *Dedicatória*, sobremodo irônica, entendia vê-la publicada – o que não ocorreu, provavelmente por veto do Marquês, capaz de descobrir subversão em quaisquer manifestações de inteligência livre” (*Autos*, vol. 9, p. 26).

³⁸ Estes versos, como os demais citados nos dois parágrafos acima, foram decalcados da “Lira XIV”, parte I (pp. 597-8).

Eu vejo que, movida da clemência,
 tomando o justo amparo da inocência,
 com suas mãos formosas, mas potentes,
 desfez masmorras e quebrou correntes.
 Eu vejo que, atendendo aos justos brados
 de ilustres, abatidos magistrados,
 outra vez os levanta à honra antiga,
 do qual os despojou a infame intriga.
 Eu vejo que, depois de perdoados
 infames crimes, torpes atentados,
 nem quer deixar dos réus a fama lesa.
 [...]
 Eu vejo que, exercendo com prudência
 à maneira dos deuses a clemência,
 sem ludíbrio contudo da Justiça,
 aterra o monstro infame da cobiça.
 Ah! tais feitos não são, não são auspícios:
 são mais certeza do que são indícios.

(GONZAGA, 1996, p. 713-4)³⁹

Três anos depois de iniciado o processo contra os conjurados de Minas Gerais, a sentença definitiva era pronunciada (1792). O alferes Joaquim José da Silva Xavier (o famigerado Tiradentes), único sentenciado à morte, seria executado neste mesmo ano, no Rio de Janeiro. Dos conhecidos poetas árcades envolvidos na Conjuração, dois apenas restavam (pois Cláudio Manuel da Costa fora encontrado morto, ainda em 1789, na cela onde o prenderam): Alvarenga Peixoto, condenado ao degredo em Angola, morreria no presídio de Ambaca, neste mesmo ano, de malária; Tomás Antônio Gonzaga partiria para o degredo em Moçambique, também em 1792, ano que assistiria à publicação de suas liras sob o título *Marília de Dirceu* (em Lisboa, pela Tipografia Nunesiana, com as iniciais T.A.G. indicando-lhe a autoria). A

³⁹ Curioso perceber neste passo a sugestão da defasagem ou divergência entre reais instruções, provenientes da Metrópole, e as práticas políticas e administrativas dos ministros e chefes enviados a esta porção americana do império lusitano (problema já aludido no capítulo anterior). Esta defasagem, que constitui um dos motes principais das *Cartas chilenas* de Gonzaga, demonstra sua persistência em textos aparecidos em tempos diversos (a “Congratulação” é de 1777; as *Cartas* são, provavelmente, de 1788).

soberana portuguesa, dona Maria I, mentalmente perturbada e incapaz de governar, teria seus poderes transferidos ao príncipe regente, seu filho João. Na França de então, a república que se iniciava condenava Luís XVI à guilhotina.

O panorama cronológico, porém, não é aqui de interesse primordial (para a fixação de datas concernentes, ver CRONOLOGIA REMISSIVA). O que interessa a esta altura é observar a noção de alguns dos vocábulos que estiveram em jogo no “artifício de poetas” que foi a Conjuração Mineira. De poetas artifício e maquinação,⁴⁰ mas também de magistrados e juristas versados na ciência do Direito da época – que, também esta, relacionava um vocabulário (clássico, especializado e erudito) para a diligência de compor e interpretar leis (para as convenções literárias assim como para as sociais). As transformações e as incertezas políticas da época não deixavam de transfigurar também a significação de palavras, e sobre elas parece ter caído uma vigilância cerrada: “as circunstâncias do tempo mostram bem que o ânimo não era de falar hipoteticamente” (*AUTOS*, IV, p. 272), insistia um dos inquisidores da devassa contra os conjurados. E estes, tentando esquivar-se à acusação, afirmavam que “o caso só foi de palavras, e ditos” (*idem*, 218).

O próprio advogado dos réus acusados de conjuração argumentava no mesmo sentido: “Tudo não passava de um criminoso excesso de loquacidade e entretenimento de quiméricas idéias, que se desvaneciam logo que esses réus se separavam” (Apud ROUANET, 1992, p. 329). Ao que um dos juízes da alçada acrescentava, dirigindo-se a superiores, que a maior dificuldade na apuração inquisitorial consistia no seu concerto unicamente em “palavras” (MAXWELL, 1978, p. 189). A ausência de fatos criminosos ou mesmo de papéis incriminatórios delegava às palavras, do ponto de vista da máquina repressiva do Estado colonial, um completo caráter de indícios comprobatórios – caráter que o pensamento jurídico da época não sustentava:

⁴⁰ Determinar o sentido de alguns vocábulos estava entre as reflexões dos legisladores da poética neoclássica portuguesa: “*Máquina* erradamente tomam muitos por uma grande, e suntuosa fábrica, quando no sentido literal não significa outra coisa, senão engenho mecânico, composto de diversas peças, com que obra a arte extraordinários efeitos; e no sentido figurado significa empresa grande, dificultosa” (Francisco José Freire Apud MARTINS, 1977, p. 378).

Nada torna os crimes de lesa-majestade ainda mais arbitrários do que quando palavras indiscretas tornam-se seu motivo. Os discursos são tão sujeitos à interpretação, há tanta diferença entre a indiscrição e a malícia e tão pouca nas expressões que elas empregam, que a lei quase não pode submeter as palavras a uma pena capital, a menos que declare expressamente as que submete a essa pena (MONTESQUIEU, 1973, p. 183).

Se os juízes que condenaram aquelas “conversas hipotéticas” conheciam o texto de Montesquieu, provavelmente teriam apontado como justificativa uma única palavra – aquele *quase* (“a lei *quase* não pode submeter as palavras a uma pena capital”). Mas antes justificavam seus indícios de culpa pelas “circunstâncias do tempo”, pela condição de alguns dos envolvidos (homens letrados, de luzes e de talento) e por aquela mesma indeterminação de expressões pronunciadas (de que fala Montesquieu no trecho acima): “o ânimo com que se proferem as palavras é oculto aos homens” (*AUTOS*, IV, p. 282), replicavam os carrancudos ministros da justiça régia ao argumento de que não era criminosa “uma mera prática de entretenimento do discurso” (*idem, idem*).⁴¹

Esta “prática de entretenimento do discurso”, porém, “forneceu àqueles povos [de Minas Gerais] a noção de certos vocábulos que até então eram incompatíveis com a sua rudez” (*Autos*, 9, p. 259). A rígida repressão da coroa portuguesa contra as conversas sediciosas dos conjurados acabou por divulgar e esclarecer novos vocábulos, numa espécie de enriquecimento da “lingüística americana” (na expressão já referida de Capistrano de Abreu). Em outros passos, os autos que registraram as inquirições do processo testemunham a possível ideologia equívoca dos envolvidos. A “liberdade das almas” ou os “venenos humanos” igualmente surgiam na “estranha potência” das palavras:

⁴¹ Os trechos apresentados aqui foram recortados do auto de perguntas feitas a Tomás Antônio Gonzaga, a quem os inquisidores disseram, em resposta às suas esquivas, que “ele respondente, sendo um homem letrado de luzes, e talento conhecido, não falaria nem consentiria que se falasse por hipótese e divertimento em matéria tão melindrosa na ocasião tão crítica, em que estava para se lançar a Derrama, se não fosse com ânimo de animar aos Confederados” (*AUTOS*, IV, p. 272); e, mais adiante: “um homem de letras e de talento não podia deixar de reputar criminosas as práticas sobre a constituição de um Estado na Capitania de Minas Gerais, ainda que fosse hipoteticamente” (*idem*, p. 282). Parafrazeando de modo livre a consideração dos juízes da alçada, é possível aludir a uma sugestão de que “homens de letras” não se coadunam com idéias libertárias – sugestão a que se contrapõe Thomas Jefferson ao dizer (no comentário que fez das possibilidades da Conjuração Mineira) que “os homens de letras são os que mais desejam uma revolução” (Apud AMARAL, 2002, p. 274).

Ai, palavras, ai, palavras,
 que estranha potência, a vossa!
 Ai, palavras, ai, palavras,
 sois de vento, ides no vento,
 no vento que não retorna,
 e, em tão rápida existência,
 tudo se forma e transforma!

Sois de vento, ides no vento,
 e quedais, com sorte nova!

[...]

A liberdade das almas,
 ai! com letras se elabora...
 E dos venenos humanos
 sois a mais fina retorta:
 frágil, frágil como o vidro
 e mais que o aço poderosa!
 Reis, impérios, povos, tempos,
 Pelo vosso impulso rodam...

(MEIRELES, 1989, p. 182)

Revolução, por exemplo, não era palavra que entrasse nas conversas dos mazombos conjurados, e menos ainda em palavras escritas – como prevenia um dos poetas dentre eles, “os dedos tenha eu cortados, se pegar na pena para escrever uma coisa destas” (Alvarenga Peixoto, *AUTOS*, II, p. 42).⁴² Introduzida no vocabulário político durante o século XVII, no velho continente europeu, até então servira como termo astronômico. Como tal, conservava a estrita significação do radical latino, indicando repetição e movimento cíclico. Ganhara importância nas ciências naturais a partir da divulgação de *De revolutionibus orbium coelestium* (“Sobre as revoluções dos orbes celestes”, publicado em 1543), de Nicolau Copérnico. Na acepção por ele utilizada, designava “o movimento rotativo regular das estrelas” (ARENDETT, 1971, p. 41). Algo bastante diverso, portanto, do que se entenderia por revolução depois dos últimos acontecimentos do século XVIII.

⁴² Ainda que Francisco José Freire (já referido em nota anterior) – autor das *Reflexões sobre a Língua Portuguesa* (publicada apenas em 1842) e de uma *Arte Poética* (1748) apreciada pelos árcades luso-brasileiros – preceituasse seu uso: “Revolução e não *revolvimento*, porque já está antiquado. É mui freqüente confundir-se com *revulsão*, ainda entre aqueles que sabem que *revolução* vale o mesmo que perturbação, mudança, ou circulação” (Apud MARTINS, 1977, p. 378).

Mas, retornando ao século XVII, quando aparece pela vez primeira como termo político, a palavra tem significação ainda diversa da que teria ao final do século seguinte (na Europa ao menos). Antes de sugerir a noção de súbita e brusca transformação política e social que a compreensão moderna estabeleceu, a idéia de revolução conservava algum vínculo semântico com o antigo sentido astronômico:

Assim, a palavra começou por ser empregada, não quando aquilo a que chamamos uma revolução rebentou em Inglaterra e Cromwell fez surgir a primeira ditadura revolucionária, mas, pelo contrário, em 1660, após a destituição dos restos do Longo Parlamento e por ocasião da restauração da monarquia. [...] A ‘Gloriosa Revolução’, o acontecimento através do qual, paradoxalmente, o termo encontrou o seu definitivo lugar na linguagem histórica e política, não foi de modo algum uma revolução, mas a restauração do poder monárquico à sua glória e justiça anteriores (ARENDETT, 1971, p 42).

A palavra revolução ganharia sentido novo, sua moderna significação, a partir da noite de 14 de julho de 1789, em Paris, quando a Bastilha foi tomada. Sendo informado, por um de seus ministros próximos, dos agitados acontecimentos, o rei Luís XVI teria retorquido: “Mas como? Então, é uma revolta?” – ao que seu leal vassalo traria o esclarecimento urgente: “Não, Majestade, é uma revolução.” Foi a partir de então que a conotação moderna e contemporânea [?] de tão famigerada palavra teve início.⁴³

Mas as digressões semânticas me afastam do ambiente colonial de Minas Gerais. Aqui, onde circulavam notícias sobre a bem-sucedida guerra de independência das treze colônias britânicas da América do Norte, as idéias pareciam mais prudentes e as palavras mais moderadas. Ou, antes, elas foram mesmo franco indício de uma conjuntura que não possibilitava transformações políticas radicais – e menos ainda pretensões de novas e mais justas organizações sociais. Os próprios filósofos e publicistas europeus que divulgaram os sucessos norte-americanos aos letrados sul-americanos não iam muito além da retórica revolucionária (sob a qual se

⁴³ Hannah Arendt apresenta o marco cronológico, mas não deixa de indicar dúvida sobre tal exatidão: “Nós sabemos, ou julgamos saber, a data exata em que a palavra ‘revolução’ foi empregada pela primeira vez [...] sem qualquer idéia de um movimento de revolução retrógrado e cíclico” (ARENDETT, 1971, p. 46). O nascimento de uma aceção não acontece da noite para o dia, obviamente.

encontram idéias tão somente reformistas).⁴⁴ Pensar que tais possibilidades de radicais transformações possam ser levadas a termo por um grupo em que predominam plutocratas da terra, com fortes vínculos que os ligavam à Metrópole, é *ir atrás do maravilhoso*.

É nesse sentido que Tiradentes parecia ser coerente com o “ajuntamento de poetas” (entre outros elementos da plutocracia mineira) ao qual se associara. O alferes Joaquim José, que andava às voltas sobraçando um dicionário francês, atrás de quem lhe fizesse a tradução de volumes em língua estrangeira, dissera “cheio de paixão” a um interlocutor precipitado: “não diga levantar, é Restaurar” (*AUTOS*, I, p. 30). Em outra passagem dos autos da devassa, uma testemunha registra a mesma emenda: “Isto não é levantar; é restaurarmos a nossa terra” (idem, p. 185). Tiradentes, tão difamado pelos demais conjurados durante o processo, mas que foi também considerado “o grande poeta de Vila Rica” (RIZZINI, 1957, p. 104),⁴⁵ parecia afinar a sintonia entre os projetos dos maiores do grupo com as palavras pronunciadas.

Para os comparsas de conjura, entretanto, não passava de tolo, bêbado, louco, frenético, maroto, mariola, maníaco, cachorro, fanático (assim registraram os autos) – “pessoa de tão fraco talento, que nunca serviria para com ele se tentar facção alguma” (palavras de Cláudio Manuel da Costa, Apud RIZZINI, 1957, p. 104) – ainda que o abade Raynal pudesse considerar que “por vezes escapam dos insensatos palavras de grande senso” (RAYNAL, 1993, p. 76). A emenda de Joaquim José, que mitigava a sugestão de vocabulário de caráter jacobino, entanto não o livraria de ter sua

⁴⁴ A respeito do abade Raynal, autor da *Histoire des deux indes*, livro que circulou por terras mineiras noticiando os fatos da independência norte-americana, não se deve esquecer essa moderação frente a um projeto revolucionário: “Sua consciência política era a de um monarquista liberal, admirador ‘franco’ da constituição inglesa. Desejava uma justiça moderna, com direitos extensivos a todos e uma ordem estabelecida por homens ilustrados, e um rei virtuoso. Mais reformador que revolucionário” (FIGUEIREDO; MUNTEAL FILHO, 1993, p. 7).

⁴⁵ Acerca da idéia de *restauração*, Sérgio Buarque, comentando as *Cartas chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga, sugere que “o autor empenha-se antes em ver *restaurada* a justiça – zelo de magistrado – do que perturbar o repouso das instituições e dos costumes legados pelos antigos” (HOLANDA, 2004, p. 156). Consta no *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Moraes Silva, verbete *Restaurar*: “Restabelecer em bom estado. Pôr novamente em vigor. Restituir ao poder (uma dinastia, um soberano, um governo decaído)”. Ao tempo em que Tiradentes circulava portando dicionário, Moraes Silva publicava seu *Dicionário*: anos mais tarde, o dicionarista fluminense declinaria de convite feito pelos revolucionários de 1817, em Pernambuco, para a redigir novas leis do governo provisório: “Dicionário e revolução, aventura e gramática, são termos que dificilmente se ajustam” (SOUSA, 1957, p. 93).

cabecinha fora.⁴⁶ Se a repressão do Estado colonial castigou-lhe a *língua depravada* e suas palavras criminosas, a cabeça do alferes, mais que em vida, continuaria a proferir palavras que lhe botassem na boca, tempos adiante. Vale acompanhar um pequeno registro de sua eloquência inflamada, através das palavras (aliás suspeitas: como a de muitos outros, depois) que lhe empresta Alvarenga Peixoto em resposta à alçada:

[...] apareceu um oficial feio e espantado, e lhe disse que lhe queria uma palavra em particular [...] e ele lhe disse que era o Alferes Joaquim José [...] e que na verdade era pena que uns países tão ricos como estes [as capitanias brasileiras] estivessem reduzidos à maior miséria, só porque a Europa, como esponja, lhe estivesse chupando toda a substância, e os Exmos. Generais [os governadores] de três em três anos traziam uma quadrilha, a que chamavam criados, que depois de comerem a honra, a fazenda e os ofícios, que deviam ser dos habitantes, se iam rindo deles para Portugal (*AUTOS*, IV, p. 141).

Impossível medir a fidelidade da expressão de Alvarenga às palavras que cita como sendo de Tiradentes: sua antipatia – estrategicamente exacerbada, pois assim se esquivaria da acusação de estar associado a tão infame figura – em relação ao alferes é insistentemente marcada. Ao lado da cabeça *falante* de Tiradentes (antes e depois de estar separada do corpo), a que personalidades da história brasileira tanto recorreram, vale ajuntar a lembrança, mais uma vez, de Alvarenga Peixoto (a que recorro em *tom de ironia*, como ele próprio usava) ao dispensar um discurso pretendido pelo tenente-coronel Francisco de Paula Freire (um dos acusados de conjuração, que faria “uma breve arenga” ao povo no momento do motim), frente à projetada decapitação do governador (o visconde de Barbacena): “depois de estar aí tal cabeça, não era necessária mais fala alguma, que bastava dizer-lhe [ao povo] que quem tinha tirado aquela podia tirar todas as outras” (*AUTOS*, IV, p. 145).

⁴⁶ A expressão aparece em suposta proposição de Gonzaga e de Alvarenga Peixoto, registrada nos autos da devassa: “que este era o voto do Desembargador Gonzaga e Coronel Alvarenga, os quais diziam que quanto ao General [o governador] – cabecinha fora, cabecinha fora” (*AUTOS*, II, p. 15).

Uma segunda curiosidade vocabular se expressa no uso da palavra “liberdade”,⁴⁷ palavra que também puseram constantemente na boca de anônimos da massa populacional que trabalhava com as mãos (os estigmatizados ofícios mecânicos). Sérgio Buarque indica uma peculiaridade semântica desta palavra na história brasileira: “a palavra ‘liberdade’ significou até 1789 ‘privilégio’ e ‘direito senhorial’, mas passou a designar o contrário depois que se deixou contaminar pelos novos princípios de igualdade e fraternidade” (HOLANDA, 2004, p. 116). Se é exata a observação do historiador paulista, surge a dúvida sobre a significação, por exemplo, “do versinho de Virgílio – Libertas quae sera tamen” (*AUTOS*, IV, p. 147), liberdade ainda que tarde –, que se estamparia na bandeira da nova república ideada pelos inconfidentes (cogitou-se também das divisas “Aut libertas aut nihil” e “Libertas aequo spiritus”). Ou o que se poderia entender com a frase de um dos enciclopedistas: “A liberdade parece ser o espírito do nosso século” (Apud GAMA, 1972, p. 5). A ser coerente com a idéia de *restauração*, anunciada por Tiradentes, é bastante plausível o sentido sugerido por Sérgio Buarque.⁴⁸

O certo é que tal vocábulo foi sempre apontado como equívoco e maleável: “Não há palavra que tenha recebido as mais diferentes significações e que, de tantas maneiras, tenha impressionado os espíritos como a palavra *liberdade*” (MONTESQUIEU, 1973, p. 155). No caminho que vai do “versinho de Virgílio” à boca de populares que gritassem em meio à sublevação, é bem provável que encontrássemos muitas daquelas diferentes significações de que fala Montesquieu. Mas a suposta ausência de uma consciência nacional, e mesmo capitania, por esta época (como sugere Capistrano de Abreu, em trecho citado no capítulo anterior), praticamente descarta a possibilidade de que a referida palavra significasse

⁴⁷ Antes de remeter a sentidos passados, uma nota de atualidade: “Poucas pessoas no mundo podem ter deixado de ouvir a mensagem de liberdade e democracia, repetida por qualquer motivo e sem motivo. Se, contudo, os muitos que ouviram a mensagem tentassem desvelar o seu conteúdo observando o comportamento dos remetentes, seria possível desculpá-los por traduzirem ‘liberdade’ por egoísmo, cupidez, ambição e pelo preceito de cada um por si e quem ficar para trás que pague o pato” (BAUMAN, 2006, p. 32).

⁴⁸ Luiz Werneck Vianna, indicando a pertinência da noção gramsciana de ‘revolução passiva’ no caso brasileiro, aponta ocasiões que podem “ser consideradas como ‘revoluções-restaurações’, [...], que faz do público um lugar de relações condominiais entre os interesses dominantes, expropriando politicamente os setores subalternos da sociedade e intensificando modalidades autoritárias de controle social sobre eles” (VIANNA, 2004, p. 39).

independência desses domínios americanos em relação à Metrópole. E a distância que vai de uma a outra (liberdade e independência) não deve ser esquecida: “Deve-se ter sempre em mente o que é independência e o que é liberdade” (idem, p. 156). Da produção dos poetas das Minas de então, uns versos de Gonzaga parecem zombar dos que afirmavam que “a liberdade é a doçura da vida”: “Estimem pois os mais a liberdade; / Eu prezo o cativo, sim” (GONZAGA, 1996, p. 587).⁴⁹

Já Cláudio Manuel da Costa se retratava deste modo diante da alçada: “Mas conhece bem [...] que a sua libertinagem, os seus maus costumes, a sua perversa maledicência, o conduzem finalmente a este evidentíssimo castigo da justiça divina” (AUTOS, 2, p. 123). Em discurso (já referido anteriormente) de regozijo pelo fracasso da Inconfidência, um vereador falava, em sessão solene da Câmara de Vila Rica (em 1792): “A tolerância, a libertinagem são vícios entre nós abominados e a mudança de governo produz sempre a da religião” (AUTOS, 9, p. 140). Os dois trechos fazem pensar que *libertinagem* implicava delito religioso, mais que político, ainda que um comentador minucioso dos autos da devassa afirme que, “na semântica da época, significava apenas amor da liberdade [?] e dos ideais democráticos” (idem, p. 145). Delinqüência política ou religiosa? Provavelmente as duas coisas, considerando a beatice do reinado de Maria I (que parecia encaminhá-la para a completa demência).

Já disse um poeta que lutar com palavras “é a luta mais vã”. E essa parece ter sido a luta que empreendeu a repressão metropolitana sobre as *práticas de entretenimento do discurso* que constituíram a substância viva da Conjuração Mineira: “As conversas, coisa imaterial, é que tinham vida. Os autos da devassa só dão notícias de conversas” (ROUANET, 1992, p. 329). Práticas de quem, pretendendo a liberdade ou a libertinagem, planejava restaurar a ordem social hierarquizada que a

⁴⁹ Não pretendo definir tais vocábulos políticos, esses espaços polissêmicos de que falava Roland Barthes: “O Político é [...] um espaço obstinadamente polissêmico, o lugar privilegiado de uma interpretação perpétua (...). [...] o Político é o *textual* puro: uma forma exorbitante, exasperada, do Texto” (BARTHES, 2003, p. 164). Na *Enciclopédia*, três verbetes definiam aspectos diversos da liberdade: natural, civil e política. Prosseguiremos com as *formas exorbitantes*: afinal, “nem mesmo o excesso de razão é desejável” (DIDEROT, 2006, p. 208). Sérgio Buarque analisa o problema em “Sobre uma doença infantil da historiografia”, de onde recortei trecho anteriormente citado – e mais este: “É talvez lastimável, mas é inevitável, a contingência em que nos vemos de ter de lidar sempre com vocábulos de sentido equívoco, ou sujeito a variações, mormente quando destacados de seu contexto originário” (HOLANDA, 2004, p. 117). Cecília Meireles glosou a metafísica do vocábulo: “Liberdade – essa palavra / que o sonho humano alimenta: / que não há ninguém que explique, / e ninguém que não entenda” (MEIRELES, 1989, p. 108).

administração colonial portuguesa não conseguia preservar. Práticas particulares e restritas a um grupo seletivo de “pessoas da primeira graduação [da Capitania], e hierarquia dela” (*AUTOS*, I, p. 42), que tarde percebeu que o alferes Joaquim José – com uma “língua lasciva” o bastante para falar às “pessoas da última classe da gente desta terra, como são negros e mulatos” (Basílio de Brito, *AUTOS*, I, p. 25) – colocaria muitos deles em desgraça. Pretenderam entreter-se particularmente com o discurso entre iguais, entre os mesmos que gozavam de status privilegiado da posse de algum *espírito* – fosse este proporcionado pelas letras, pelas luzes ou pelas riquezas pecuniárias.⁵⁰

Se aquelas conversas eram criminosas, o que diria a justiça régia a respeito dessa promiscuidade lingüística e ideológica que fizera com que pessoas sem valimento e sem cabedal pudessem repetir palavras proibidas e idéias depravadas? “As palavras não formam um corpo de delito; elas só ficam na idéia” (MONTESQUIEU, 1973, p. 183) – e, para que assim pudesse se preservar a situação, era preciso que não chegassem à massa populacional de trabalhadores livres [?] e escravos (que estes pareciam todos de *língua atada*).

Esse parecia ser o grande temor que perturbava o poder metropolitano, como se ele intuísse que “as idéias se transformam em força material quando se apoderam das massas” (Marx Apud ROUANET, 1992, p. 329). Um governador da capitania aurífera apontaria, como providência imediata, “a escrupulosa escolha das pessoas empregadas neste Continente [...], não só pela literatura correspondente ao seu cargo, mas pela prudência, gravidade e bons costumes, porque de outra forma perturbam a justiça, inquietam o governo e vexam o Povo” (visconde de Barbacena Apud LAPA, 1958, p. 361). As elites ilustradas, que mantiveram o poder de comando em suas mãos naqueles dias e adiante, tiveram sempre a espirituosa *cautela* – quando não puderam monopolizar palavras e idéias em seu círculo fechado – de enxertar nelas os sentidos que lhes convinham.

⁵⁰ Idéia de espírito sugerida por Karl Marx: “O dinheiro é o bem supremo, logo, é bom também o seu possuidor, o dinheiro me isenta do trabalho de ser desonesto, sou, portanto, presumido honesto; [...] o dinheiro é o *espírito real* de todas as coisas” (MARX, 2004, p. 159). Cláudio Manuel da Costa atestava, na abertura de suas *Obras*, a importância de Minas Gerais pela sua riqueza: a “Capitania mais importante, pois, enfim, é a mais rica” (COSTA, 1996, p. 44).

A palavra, que sai da boca fora,
É como a coalhada, que se atira,
Que já não tem remédio; paciência.
Eu as ervas arranco, e desde agora
Contigo falarei com mais cautela.⁵¹

(GONZAGA, 1995, p. 160)

⁵¹ *Coalhada* é o mesmo que pedrada. *As ervas arranco* equivale a “sofrerei as conseqüências”.